

O PREÇO DA ENERGIA

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

Segundo a quase totalidade das avaliações, os brasileiros não serão atingidos nos próximos anos por um novo racionamento de eletricidade, mesmo que a ocorrência de chuvas seja semelhante à do ano passado. É possível chegar à essa conclusão conhecendo-se as informações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Mário Santos.

Mesmo que durante o próximo período úmido – entre novembro e abril – a incidência de chuvas seja idêntica à de 2001, não haverá racionamento, por causa das térmicas emergenciais instaladas em diversas regiões brasileiras. A maior parte dessas usinas está pronta para funcionar.

Ocorre que, se for necessária a utilização dessas usinas o preço será mais caro para o consumidor. Por enquanto, somente pela capacidade instalada das térmicas os clientes das distribuidoras pagam R\$ 0,57 para cada 100 kilowatts-hora KWh consumidos. Se for necessário o funcionamento das térmicas, essa despesa poderá ser duplicada.

Segundo avaliações da ONS, os reservatórios das hidrelétricas que se abastecem com água do rio São Francisco, à exceção do lago de Sobradinho, estão com 20% de suas capacidades. Sobradinho está com 18% da água que pode armazenar. Esses percentuais situam-se bem acima dos níveis de segurança aquém dos quais é problemática ou impossível a geração de energia.

Atualmente, a afluência de água nos reservatórios do rio São Francisco está em 65% da média histórica. Próximo aos piores já registrados. O volume de água no chamado rio da unidade nacional é

determinado pelos índices pluviométricos (de chuvas) na cabeceira, em Minas Gerais.

Um regime de chuvas pior do que o do ano passado poderia provocar um novo racionamento no Nordeste, mas não são essas as expectativas do Operador Nacional de Energia. Na verdade, se o nível de chuvas ficar abaixo da média histórica de 52% de 2001 os 1,5 mil megawatts (MW) de energia emergencial seriam insuficientes para atender a demanda.

Em outras palavras: se não há razão para pessimismo, não há também para otimismo.

Até 2006 estão previstos investimentos de US\$ 7 bilhões no setor elétrico, sendo US\$ 6 bilhões para geração de energia e US\$ 1,1 bilhão em linhas de transmissão. Esses investimentos resultarão no acréscimo de 24 mil MW à planta energética nacional, o que dará para atender ao crescimento da demanda. Entre os projetos previstos está a instalação de 3 mil MW em termelétricas à gás natural no Nordeste, através do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT).

Curto período decorrido após a grave crise de abastecimento energético que atingiu o País, não resta dúvida de que ela foi provocada pela redução nos investimentos em geração de energia e em linhas de transmissão, por força de cortes orçamentários decorrentes de compromissos do Governo Federal com o Fundo Monetário Internacional, FMI.

A baixa ocorrência de chuvas agravou a situação e o Governo Federal está tentando recuperar o tempo perdido. Mas a conta está sendo paga pela população e poderá aumentar de tamanho.

O aproveitamento do potencial da energia elétrica é dever e preocupação da União, inclusive tendo esta a obrigação de manter o

serviço adequado e satisfatório, contudo o consumidor brasileiro não pode ser punido e responsabilizado pela falta de planejamento do setor.

Na verdade, quando ocorre inércia das autoridades governamentais com programas de investimento, a exemplo da energia elétrica, quem paga o preço e torna-se o bode expiatório é o povo.